



VI Encontro Brasileiro de Administração Pública
6 e 7 de Junho de 2019
Salvador – Bahia, Brasil



GT 3 - Análise de Políticas Públicas

O lado da demanda na alocação estratégica de recursos federais no Brasil: o papel das capacidades de governo local

Flavio Santos Fontanelli, EBAPE-FGV, Brasil.

Resumo: Este artigo, apoiado na construção de um conceito multidimensional de capacidade de governo local, complementa a agenda de pesquisa sobre alocação estratégica de recursos discricionários na federação brasileira ao examinar a influência conjunta de fatores político-partidários e de capacidade de governo na aprovação de propostas enviadas, pelas prefeituras municipais, ao executivo federal. Os resultados dos modelos econométricos estimados confirmam, para o ano de 2017, que o alinhamento partidário do prefeito com o Presidente da República não é suficiente para a captação de recursos discricionários; a associação de alinhamento partidário com altas capacidades de governo ou com melhores desempenhos eleitorais permitem melhor explicar os padrões das transferências intergovernamentais no Brasil.

Palavras-chave: Transferências Intergovernamentais. Alocação Estratégica de Recursos. Capacidade de Governos Locais.

Introdução

Entre as diversas questões que ganharam terreno nos estudos sobre sistemas descentralizados de governo, a manipulação de transferências intergovernamentais discricionárias ocupa uma posição de destaque. A utilização e importância desse tipo de transferência assume contornos ainda mais complexos em sistemas federais, dadas as diversas alternativas de divisão de autoridade, responsabilidade e recursos entre os entes federativos.

Os governos municipais no Brasil, dado o elevado grau de centralização de recursos da federação brasileira, disputam fortemente o acesso ao sistema federal de transferências discricionárias que, segundo vários estudos (Brollo, Nannicini, 2012; Nunes, 2015; Soares, Melo, 2016; Bueno, 2017), é estrategicamente gerenciado pelos atores políticos.

A manipulação de recursos discricionários por governos centrais, ressalte-se, é um fenômeno identificado em diversos países e sistemas políticos (Solé-Ollé, Sorribas-Navarro, 2008; Berry et al., 2010; Nogare, Kauder, 2017) e a maioria dos estudos sobre transferências intergovernamentais se concentra no “lado da oferta” dessa relação, destacando a manipulação partidária, por parte dos agentes públicos nacionais, dos recursos financeiros disponíveis. A hipótese básica dessa linha de pesquisa é a de que governos subnacionais alinhados ao governo federal recebem mais recursos quando comparados aos não alinhados. Este artigo complementa esse argumento, introduzindo uma hipótese de pesquisa alternativa

baseada no conceito de capacidade de governo. Nesse sentido, chama-se, aqui, a atenção para o que se poderia definir como o “lado da demanda”, ou seja, para a capacidade de governos municipais elaborarem projetos e captarem recursos federais discricionários.

Nesse sentido, adota-se como ponto de partida deste trabalho uma breve análise do campo teórico que trata das capacidades estatais em nível nacional e subnacional, passo necessário para a definição do conceito multidimensional de capacidade de governo local aqui utilizado. Em seguida, na terceira seção, apresentar-se a hipótese de pesquisa, os procedimentos metodológicos e a especificação econométrica utilizada. A quarta seção discute os resultados das regressões multivariadas estimadas, ressaltando como a capacidade de governo, ao interagir com variáveis políticas, influencia a alocação de recursos federais. A última seção apresenta as conclusões da pesquisa e sugestões para trabalhos futuros.

1. Capacidades Estatais

A análise das capacidades estatais é tarefa complexa e perpassa vários campos teóricos, da administração pública à ciência política. Estudos empíricos e teóricos sobre a capacidade do Estado continuam sendo desenvolvidos e a variedade de conceitos e usos do termo ainda se destaca. É possível encontrar na literatura especializada uma lista eclética de categorias de capacidades estatais que nem sempre refletem dimensões conceitualmente específicas (Skocpol 1985; Lessik & Michener, 2000; Becerra et al., 2012; Ziblatt, 2008; Hendrix, 2010; Pritchett et al., 2012; Gibbs et al., 2001; Savoia & Sen, 2012; Fukuyama, 2013).

A despeito da diversidade de conceitos utilizados, grande parte da discussão sobre capacidades estatais gravita ao redor da análise dos mecanismos e instrumentos utilizados na provisão de bens e serviços à sociedade, ou em torno da qualidade e eficácia das atividades dos governos. Mann (1984), por exemplo, associa a evolução do Estado ao seu poder infraestrutural, entendido como “the capacity of the state to actually penetrate the civil society, and to implement logistically political decisions throughout the realm” (p. 113). A capacidade do Estado relaciona-se, assim, à sua capacidade de atingir indivíduos, estabelecendo sua presença no território com infraestrutura e instituições, incluindo agências e departamentos públicos e pessoal.

A discussão sobre a capacidade do Estado foi, ressaltado-se, fortemente influenciada por Max Weber, para quem o capitalismo moderno seria caracterizado não apenas por relações capitalistas de propriedade, mas, também, pela presença de uma forte burocracia estatal. O conceito de capacidade estatal de Weber é caracterizado, portanto, pela profissionalização da burocracia estatal ou, de outro ponto de vista, pela qualidade da administração (Hendrix, 2010). Os Estados modernos caracterizam-se, ademais, pelo uso de regras e procedimentos formais na tomada de decisões.

Mensurar os diversos recursos disponíveis de um governo tornou-se, assim, uma abordagem comum (Linke-Behrens et al., 2017). Além da qualidade da burocracia, a capacidade de coletar (extrair) impostos dos cidadãos foi igualmente reconhecida como característica crucial por estudiosos de vários campos. A operacionalização da capacidade estatal em termos de capacidade extrativa permitiu, ressaltar-se, abrangentes análises comparativas, uma vez que dados em painel sobre a arrecadação de impostos estão disponíveis para a maioria dos países.

Diversos autores buscaram, por outro lado, operacionalizar a capacidade do Estado em suas múltiplas dimensões, como Theda Skocpol, para quem a capacidade estatal poderia ser entendida como “the overall capacity of a state to realize transformative goals across multiple spheres” (Skocpol, 1985, p.17). Nessa direção, Hanson e Sigman (2013) definiram a capacidade estatal utilizando três dimensões centrais: *i*) capacidade extrativa; *ii*) capacidade coercitiva; e *iii*) capacidade administrativa. Segundo os autores, o aumento das receitas (capacidade extrativa) incluiria um conjunto de capacidades que são fundamentais para o poder estatal: os estados devem ter a capacidade de atingir suas populações, coletar e gerenciar informações, reter agentes confiáveis para gerenciar a receita e garantir cumprimento da política fiscal. A capacidade coercitiva está, por sua vez, diretamente relacionada à capacidade do Estado de preservar suas fronteiras, manter a ordem interna e aplicar suas políticas. Por último, a capacidade administrativa inclui a capacidade de regular a atividade comercial e de fornecer bens e serviços. Em síntese, conceitos multidimensionais de capacidade estatal buscam capturar a capacidade do Estado de exercer controle territorial, formular e implementar políticas e garantir decisões.

Estudos empíricos sobre as capacidades estatais terão de conciliar, naturalmente, a tarefa de elaborar um conceito multidimensional com a tentativa de encontrar a operacionalização apropriada do mesmo. Em teoria, parece existir um consenso sobre várias dimensões constitutivas da capacidade do Estado. No entanto, pesquisadores divergem sobre os indicadores mais apropriados para a mensuração dessas dimensões. Múltiplos autores observam (Ziblatt, 2008; Foa, Nemirovskaya, 2016), adicionalmente, que a análise da capacidade estatal centrada apenas no nível nacional frequentemente negligencia que a capacidade é distribuída de forma desigual dentro de um estado, como se discutirá a seguir.

1.1. Capacidade de Governos Locais

Embora a análise da capacidade dos governos nacionais ainda predomine na literatura, uma importante linha de pesquisa chama a atenção para o papel dos governos locais na prestação de serviços públicos. Segundo Ziblatt (2008), o foco exclusivo no nível nacional, que não examine a arena local, pode negligenciar um *locus* de ação política onde, especialmente nos sistemas federais, bens públicos são frequentemente criados.

Adicionalmente, a relação entre preferências sociais e políticas pode ser mais facilmente identificada em nível local (Acemoglu e Robinson, 2006, Alesina et al., 1999, Lee e Lim, 2018).

O foco exclusivo na relação entre preferências sociais e fornecimento de bens públicos, contudo, ignora importantes fases do processo de provisão, pelos governos locais, de bens e serviços. Ou seja, tal perspectiva afasta-se da questão de se ou como os governos locais podem de fato implementar políticas públicas que reflitam os interesses da sociedade.

Nesse sentido, e porque muitas funções importantes do governo estão sob a jurisdição das prefeituras municipais, o conceito de capacidade usado para caracterizar a capacidade do governo central de implementar suas políticas deve ser adaptado ao nível local. Não apenas os governos com altas capacidades ajudam a traduzir preferências sociais em políticas públicas, como também perseguem de forma mais agressiva e eficiente o fornecimento de bens e serviços públicos (Ziblatt, 2008).

Wolman et al. (2008), por exemplo, analisam a autonomia local de governos subnacionais com base em três dimensões: *i*) importância do governo local (em relação à economia do estado e aos níveis mais altos de governo); *ii*) discricionariedade do governo local; e *iii*) capacidade do governo local. De acordo com os autores, a importância e a discricionariedade são fatores-chave, mas sem capacidade um sistema de governo local não seria capaz de alcançar seus objetivos. A capacidade local incluiria, portanto, uma ampla gama de atributos, incluindo habilidades profissionais, competência gerencial, entre outros.

Grin et al. (2018), no contexto brasileiro, definem as capacidades do Estado com base em quatro dimensões: 1) administrativa, 2) técnica, 3) institucional e 4) política. Diversos indicadores de capacidade de governo local são utilizados pelos autores, como a existência de procedimentos informatizados de atendimento ao cidadão ou ao contribuinte, participação em consórcios públicos, nível educacional dos funcionários públicos, entre outros.

Em síntese, deve-se supor, como afirma Ziblatt (2008), que os governos locais de fato diferem em sua capacidade de lidar com problemas e demandas locais: quer o foco seja o desempenho geral ou a entrega de um serviço específico, alguns governos são mais capazes do que outros. Nesse sentido, apresentar-se-á, na próxima seção, o conceito de capacidade de governo local que fundamenta a construção do índice de capacidade de governo utilizado nesta pesquisa.

1.1.1. Capacidade de governo local: a construção do conceito

A falta de clareza na definição dos termos utilizados pode ter consequências potencialmente negativas para uma pesquisa. Por esta razão, a capacidade de governo local será definida neste trabalho segundo o modelo apresentado em Goertz (2006), que propõe a construção de conceitos multidimensionais compostos por três níveis: básico, secundário e

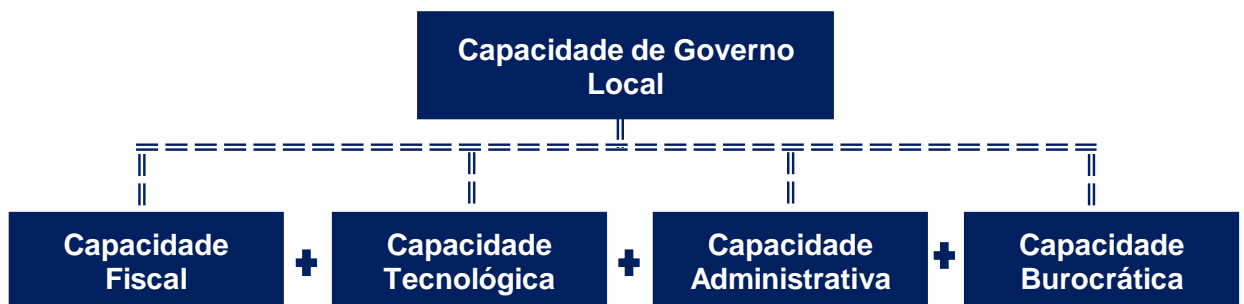
terciário (*data level*). Os níveis básico e secundário são a teoria do conceito, enquanto o nível terciário lida com medidas e coleta de dados.

Conceitos, como afirma Goertz (2006), geralmente pertencem a uma de duas estruturas conceituais: a estrutura conceitual “necessária e suficiente” ou a estrutura conceitual da “semelhança familiar”. O primeiro tipo de estrutura considera as dimensões ontológicas de um conceito como necessárias e conjuntamente suficientes. Diferentemente, a estrutura de semelhança familiar é uma regra sobre suficiência sem requisitos de necessidade (Goertz, 2006: 36). Essa é a estrutura conceitual utilizada neste trabalho e que abarca quatro dimensões de capacidade de governo local: 1) capacidade fiscal; 2) capacidade tecnológica; 3) capacidade administrativa; e 4) capacidade burocrática. Cada um desses fatores abrange diferentes arenas, propósitos e conjuntos de atores.

Segundo Goertz (2006), cada tipo de estrutura conceitual segue uma regra específica de agregação, através da qual as dimensões centrais de um conceito são combinadas e casos empíricos diferenciados. Na estrutura “necessária e suficiente”, os casos que não atendessem a pelo menos uma das dimensões centrais seriam classificados como municípios sem capacidade de governo, independentemente da presença das demais dimensões constitutivas. Nesse caso, o pesquisador maximizaria a diferenciação empírica, estabelecendo limites claros para se distinguir municípios com e sem capacidade. No entanto, tal estrutura conceitual apresenta reduzido poder de discriminar municípios com diferenciadas capacidades, sobretudo entre aqueles municípios com menores capacidades de governo.

Como mencionado, na estrutura de semelhança familiar nenhuma dimensão é necessária para que um caso seja incluído na amostra da pesquisa, ou seja, parte-se do princípio que são várias as maneiras de um município combinar habilidades e tipos de capacidade. Por esse motivo, as dimensões de um conceito construído de acordo com a estrutura de semelhança familiar são agregadas de forma aditiva, e não multiplicativa, permitindo-se, assim, que a ausência de uma dimensão seja compensada pela presença de outras (Goertz, 2006: 39-44).

Figura 1: Capacidade de Governo Local – Estrutura Conceitual



O argumento teórico desenvolvido a partir do conceito acima apresentado estrutura-se sobre a seguinte premissa: sem capacidade de governo, prefeituras municipais serão incapazes de capitalizar alinhamentos político-partidários. Essa proposição se desdobrará na hipótese de pesquisa apresentada a seguir.

2. Hipótese de pesquisa, especificação econométrica e variáveis utilizadas

Defende-se, nesta pesquisa, que a captação de recursos federais discricionários por parte dos municípios brasileiros está relacionada à presença ou ausência de capacidade de governo. Um governo local com reduzida capacidade pode ser incapaz de concluir as etapas necessárias para reivindicar os recursos federais disponíveis e, a partir dessa premissa, testa-se a seguinte hipótese sobre o efeito da capacidade de governo local na alocação de recursos federais:

Hipótese 1: *Prefeituras municipais comandadas por prefeitos do mesmo partido que o Presidente da República e com maiores capacidades de governo tendem a receber mais recursos discricionários do executivo federal.*

Para o teste da hipótese formulada, utilizar-se-á o seguinte modelo econométrico:

$$VCA_i = \alpha_0 + \alpha_1 CGL_i + \alpha_2 VV_i + \gamma PP_i + \beta CGL_i * PP_i + \lambda VV_i * PP_i + \mu C_i + \varepsilon_i$$

Onde VCA é o valor per capita das propostas aprovadas para cada município no ano de 2017. CGL é o índice de capacidade do governo local, calculado pela soma das dimensões capacidade administrativa, capacidade tecnológica, capacidade fiscal e capacidade burocrática. VV é o percentual de votos válidos obtido pelo prefeito na eleição de 2016. PP é o vetor de variáveis *dummies* que indica se o prefeito do município pertence ao mesmo partido do Presidente da República, o MDB, ou ao Partido do Trabalhadores, PT. *i* refere-se a cada município, α e ε_i são, respectivamente, a constante e o erro idiossincrático e C_i o vetor de controles. A tabela abaixo apresenta o conjunto de variáveis utilizado, com suas respectivas fontes.

Tabela 1: Variáveis utilizadas

Valor per capita das propostas aprovadas – SICONV/2017	
Valor per capita das Proposta Aprovadas – Todos os Ministérios/2017	
Filiação partidária do prefeito – Fonte: TSE – Eleições 2016	
PT; MDB	
Percentual de votos válidos obtidos pelo prefeito – Fonte: TSE – Eleições 2016	
Índice de capacidade de governo local – Elaboração própria	
CA - Capacidade Administrativa – Fonte: IBGE/MUNIC 2015	
Existência de Plano Diretor; Existência de Legislação sobre zoneamento ou uso e ocupação do solo; Existência de Cadastro imobiliário; Existência de Planta Genérica de Valores; Existência de Cadastro de ISSQN; O município faz parte de consórcio público na área de Educação; O município faz parte de consórcio público na área de Saúde; O município faz parte de consórcio público na área de Assistência social; O município faz parte de consórcio público na área de Turismo; O município faz parte de consórcio público na área de Cultura; O município faz parte de consórcio público na área de Habitação; O município faz parte de consórcio público na área de Meio ambiente; O município faz parte de consórcio público na área de Transporte; O município faz parte de consórcio público na área de Desenvolvimento urbano; O município faz parte de consórcio público na área de Saneamento básico; O município faz parte de consórcio público na área de Gestão das águas; O município faz parte de consórcio público na área de Manejo de resíduos sólidos. Cálculo: Divisão da soma das variáveis <i>dummies</i> por dezessete	
CT - Capacidade Tecnológica – Fonte: IBGE/MUNIC 2015	
Atividades informatizadas	Existência de Cadastro imobiliário; Existência de Planta Genérica de Valores; Existência de Cadastro de ISSQN; Existência de Cadastro e/ou banco de dados de saúde; Existência de Cadastro e/ou banco de dados de educação; Existência de Cadastro e/ou banco de dados de patrimônio; Existência de Controle da execução orçamentária; Existência de Folha de pagamento; Existência de Cadastro e/ou banco de dados de funcionários; Existência de Base cartográfica digitalizada; Existência de Sistema de Informação Geográfica. Cálculo: Divisão da soma das variáveis <i>dummies</i> por doze
CF - Capacidade Fiscal – Fonte: STN/2016	
Receitas de IPTU, ITBI, ISSQN, Taxas, Contribuição de Melhoria sobre o Total de Receitas Despesas com Legislativo e Pessoal e Encargos Sociais Receitas sobre Receita Total* Investimentos sobre Receita Total Cálculo: Média aritmética <i>* Diferença entre o indicador e a unidade</i>	
CB - Capacidade Burocrática – SICONV 2013-2015	
Proposta/Plano de Trabalho Rejeitados sobre o Total de Propostas Enviadas Proposta/Plano de Trabalho Rejeitados por Impedimento técnico sobre o Total de Propostas Enviadas Cálculo: Média aritmética	
Controles	
Unidade da Federação Produto Interno Bruto per capita (R\$ 1.000) – IBGE/2016 Valor adicionado bruto da Indústria per capita (R\$ 1.000) – IBGE/2016	

3. Resultados

Dada a estratégia empírica e a hipótese formulada na seção anterior, apresenta-se, na tabela 2, as principais estatísticas descritivas das variáveis utilizadas.

Tabela 2: Estatísticas Descritivas

Variáveis	n	Média	S.D.	Quartil				
				Min	0.25	Mdn	0.75	Max
VGLOBALPC	4.587	131,01	204,66	0,31	35,59	76,21	152,33	5082,49
CAPADM	5.162	0,32	0,17	0	0,24	0,29	0,35	1
CAPTEC	5.162	0,7	0,18	0	0,58	0,75	0,83	1
CAPFIS	5.162	0,21	0,04	0,02	0,18	0,21	0,23	0,44
CAPBUR	5.162	0,91	0,09	0	0,87	0,93	1	1
CGL	5.162	2,15	0,31	0,75	1,97	2,16	2,33	3,25
Filiação Partidária (PT)	235							
Filiação Partidária (MDB)	980							

É possível observar, inicialmente, que a amalgamação das diferentes bases de informação disponíveis reduziu o tamanho da amostra utilizada para 5.162 municípios, sendo 235 comandados pelo PT e 980 pelo MDB. No ano de 2017, foram aprovadas, por todos os ministérios, propostas para 4.587 prefeituras. A Tabela 3 apresenta os resultados das três regressões multivariadas estimadas.

No primeiro modelo, apenas as variáveis de controle são consideradas, sem nenhuma apreciação específica a respeito do efeito das capacidades de governo local. Observa-se, nesse modelo, associações positivas e estatisticamente significantes (a 1%) tanto do percentual de votos válidos obtidos pelo prefeito quanto da filiação ao MDB com valor per capita aprovado pelos ministérios em 2017. Esses resultados se mantêm com a inclusão da variável de capacidade de governo (modelo 2), que, por sua vez, apresenta sinal negativo. *Ceteris paribus*, se esperava que a capacidade de governo local se associasse positivamente com a variável dependente, o que também não ocorreu no modelo 3.

No último modelo estimado, o modelo que testa a hipótese desta pesquisa, encontra-se a interação entre os regressores de filiação partidária e de capacidade de governo, e, também, a interação entre a filiação partidária e a variável de desempenho eleitoral dos prefeitos (percentual de votos válidos obtidos na eleição de 2016). Os resultados demonstram que a interação entre capacidade de governo e filiação partidária, tanto para o PT quanto para o MDB, apresenta relação positiva com o volume de recursos per capita aprovados em 2017 (com coeficientes estatisticamente significantes a no máximo 10%). Nessa última especificação, no entanto, o sinal da associação entre filiação ao MDB e recursos aprovados pelos ministérios passa a ser negativo, sugerindo que para receber recursos, não basta estar alinhado ao Presidente da República. Os resultados do modelo com as interações

apresentam, ademais, interessantes evidências de que ter tido bom desempenho eleitoral favorece o prefeito do MDB (com coeficientes estatisticamente significantes a no máximo 10%).

Tabela 3. Resultados dos modelos

VARIABLES	Modelo 1	Modelo 2	Modelo 3
PIBPC	0.672** (0.281)	0.976*** (0.281)	0.999*** (0.281)
VAINDPC	-1.822*** (0.489)	-2.040*** (0.486)	-2.052*** (0.486)
VV	0.917*** (0.239)	0.882*** (0.237)	0.650** (0.268)
MDB	21.56*** (7.634)	22.38*** (7.574)	-134.2** (62.36)
PT	-16.72 (14.83)	-15.54 (14.71)	-237.4* (126.3)
CGL		-90.79*** (10.55)	-103.6*** (11.92)
MDB*CGL			43.72* (23.94)
MDB*VV			1.107* (0.614)
PT*CGL			77.49* (45.75)
PT*VV			1.016 (1.390)
Constante	111.5*** (16.69)	274.7*** (25.17)	315.7*** (28.86)
Unidades da Federação	sim	sim	sim
Observações	4,587	4,587	4,587
R2	0.011	0.027	0.029

*** p<0.01, ** p<0.05, * p<0.1

Há evidências, portanto, que prefeitos com bom desempenho eleitoral e com altas capacidades de governo receberão, em média, mais recursos. Tais resultados, se não confirmam integralmente as expectativas originais desta pesquisa, fornecem indícios relevantes da pertinência do campo de pesquisa que analisa o que aqui se denominou de “lado da demanda” nas alocações táticas de recursos intergovernamentais.

4. Considerações Finais

Diversos autores vêm se dedicando à elaboração de estudos quantitativos sobre a relação existente entre alinhamento partidário e alocação de recursos intergovernamentais. Defendeu-se aqui a inclusão do conceito de capacidades de governo local nessa linha de pesquisa comumente denominada de economia política das transferências intergovernamentais. Os resultados encontrados na presente pesquisa sugerem que a capacidade de governo não pode ser, de fato, negligenciada. Três caminhos principais devem ser, todavia, tomados para pesquisas futuras.

Em primeiro lugar, emerge a questão do período de tempo utilizado neste trabalho. Considera-se fundamental para trabalhos futuros a necessidade de se trabalhar com séries históricas. Tal procedimento é factível, dado que as informações contidas no SICONV retroagem até o ano de 2008, o que permitiria a inclusão de ao menos dois mandatos completos de prefeitos (2009-2012 e 2013-2016). Em segundo lugar, com uma base de dados que cubra um período de tempo maior, modelos estatísticos mais sofisticados podem ser utilizados, como modelos de painel com efeitos fixos, além de métodos de pareamento para que a amostra de municípios com alta capacidade seja mais similar e comparável com a amostra de municípios com baixas capacidades de governo. Por último, deve-se incluir na análise da real influência das capacidades de governo local na alocação de recursos discricionários no Brasil o papel dos ministros e dos Senadores nas transferências intergovernamentais de recursos. Tal procedimento permitiria que pesquisas futuras controlasse, em seus modelos estatísticos, a possibilidade de um ministro priorizar a transferências de fundos para prefeitos copartidários e/ou de Senadores da República interferirem no processo de alocação de recursos condicionando fundos para suas bases eleitorais.

5. Referências

- Acemoglu, D., & Robinson, J. A. (2005). *Economic origins of dictatorship and democracy*. Cambridge University Press.
- Alesina, A., Baqir, R., & Easterly, W. (1999). Public goods and ethnic divisions. *The Quarterly Journal of Economics*, 114(4), 1243-1284.
- Berry, C. R., Burden, B. C., & Howell, W. G. (2010). The president and the distribution of federal spending. *American Political Science Review*, 104(4), 783-799.
- Becerra, O., Cavallo, E., & Scartascini, C. (2012). The politics of financial development: The role of interest groups and government capabilities. *Journal of Banking & Finance*, 36(3), 626-643.
- Brollo, F., & Nannicini, T. (2012). Tying your enemy's hands in close races: the politics of federal transfers in Brazil. *American Political Science Review*, 106(4), 742-761.

- Bueno, N. S. (2017). Bypassing the Enemy: Distributive Politics, Credit Claiming, and Nonstate Organizations in Brazil. *Comparative Political Studies*, 0010414017710255.
- Foa, R. S., & Nemirovskaya, A. (2016). How state capacity varies within frontier states: A multicountry subnational analysis. *Governance*, 29(3), 411-432.
- Fukuyama, F. (2013). What is governance? *Governance*, 26(3), 347-368.
- Gibbs, D. C., Jonas, A. E., Reimer, S., & Spooner, D. J. (2001). Governance, institutional capacity and partnerships in local economic development: theoretical issues and empirical evidence from the Humber Sub-region. *Transactions of the Institute of British Geographers*, 26(1), 103-119.
- Goertz, G. (2006). *Social science concepts: A user's guide*. Princeton University Press.
- Grin, Eduardo & Bruno, Alex & Abrucio, Fernando & Fernandes, Antônio. (2018). Sobre desconexões e hiatos: uma análise de capacidades estatais e finanças públicas em municípios brasileiros. 10.13140/RG.2.2.12752.40960.
- Hanson, J. K., & Sigman, R. (2013). Leviathan's latent dimensions: Measuring State capacity for comparative political research.
- Hendrix, C. S. (2010). Measuring state capacity: Theoretical and empirical implications for the study of civil conflict. *Journal of Peace Research*, 47(3), 273-285.
- Heucher, A., Linke-Behrens, L., & Schettler, L. (2017). Measuring Statehood on a Sub-National Level: A Dialogue among Methods. SFB-Governance Working Paper Series, (71).
- Lee, J. H., & Lim, S. (2018). The selection of compact city policy instruments and their effects on energy consumption and greenhouse gas emissions in the transportation sector: The case of South Korea. *Sustainable cities and society*, 37, 116-124.
- Lessik, A., & Michener, V. (2000). Measuring institutional capacity. *Recent Practices in Monitoring and Evaluation TIPS*. Washington, DC: USAID.
- Linke-Behrens, L., Heucher, A., & Schettler, L. (2017). Measuring Statehood on a Sub-National Level.
- Mann, M. (1984). The autonomous power of the state: its origins, mechanisms and results. *European Journal of Sociology/Archives européennes de sociologie*, 25(2), 185-213.
- Nogare, C., & Kauder, B. (2017). Term limits for mayors and intergovernmental grants: Evidence from Italian cities. *Regional Science and Urban Economics*, 64, 1-11.
- Pritchett, L., Woolcock, M., & Andrews, M. (2013). Looking like a state: techniques of persistent failure in state capability for implementation. *The Journal of Development Studies*, 49(1), 1-18.
- Rauch, J. E., & Evans, P. B. (2000). Bureaucratic structure and bureaucratic performance in less developed countries. *Journal of public economics*, 75(1), 49-71.
- Nunes, F. (2015). *Presidentialism, Decentralization, and Distributive Politics in Latin America*. PhD Thesis at UCLA.
- Savoia, A., & Sen, K. (2012). Measurement and evolution of state capacity: exploring a lesser known aspect of governance.
- Skocpol, T., & Finegold, K. (1982). State capacity and economic intervention in the early New Deal. *Political science quarterly*, 97(2), 255-278.
- Soares, M. M., & Melo, B. G. D. (2016). Political and technical restrictions on the voluntary financial transfers from Brazil's federal government to its municipalities. *Revista de Administração Pública*, 50(4), 539-562.

Solé-Ollé, A., & Sorribas-Navarro, P. (2008). The effects of partisan alignment on the allocation of intergovernmental transfers. Differences-in-differences estimates for Spain. *Journal of Public Economics*, 92(12), 2302-2319.

Tilly, C., & Ardant, G. (1975). *The formation of national states in Western Europe* (Vol. 8). Princeton Univ Pr.

Wolman, H., McManmon, R., Bell, M., & Brunori, D. (2008). Comparing local government autonomy across states. George Washington Institute for Public Policy, Washington, Working Paper, 35.

Ziblatt, D. (2008). Why some cities provide more public goods than others: A subnational comparison of the provision of public goods in German cities in 1912. *Studies in Comparative International Development*, 43(3-4), 273-289.